

E CADÊ OS CAMPONESES QUE ESTAVAM AQUI? EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS CAMPONESA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO

Aline Cristina Nascimento¹

Marcelo do Nascimento Rosa²

Resumo

A territorialização de hidrelétricas em territórios camponeses tem provocado profundas transformações e diversas interpretações acerca do destino do campesinato. Neste contexto, alguns pressupostos ganham força, sobretudo aquele que defende a *descampesinação*. Entretanto, constata-se que, contraditoriamente, apesar da transformação do *espaço terra* em *espaço água* no Vale do Rio, há uma resistência dos camponeses em permanecer na *terra de trabalho*, seja nas margens do reservatório da hidrelétrica, seja se territorializando em outras áreas. Este artigo objetiva compreender as transformações ocorridas no Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão, buscando analisar o processo de reterritorialização e a resistência camponesa para permanecer na terra de trabalho. É parte das investigações de nossa dissertação de mestrado, na qual além uma revisão bibliográfica sobre o tema, realizamos trabalho de campo estruturado em entrevistas junto as famílias camponesas expropriadas.

Palavras-chave: camponeses, hidrelétrica, luta, direitos, resistência.

AND WHERE THE FARMERS WHO WERE HERE? EXPROPRIATION AND PEASANT RESISTANCE TO THE CONSTRUCTION OF HYDROELECTRIC SERRA FACÃO

Abstract

The territorialization of hydroelectric peasants in territories has caused profound changes and differing interpretations about the fate of the peasantry. In this context, some assumptions are gaining strength, especially one who advocates *descampesinação*. However, it appears that, paradoxically, despite the transformation of land space water space in River Valley, there is a resistance of the peasants to remain in the land of work, is on the banks of the reservoir dam, it is territorializing in other areas. This article aims to understand the changes occurring in the San Marcos River Valley from the territorialization of hydroelectric Serra Facão, trying to analyze the process of repossession and peasant resistance to remain in the land of work. And it is part of our investigations dissertation, in which besides a literature review on the topic, we conducted fieldwork structured interviews with expropriated peasant families.

Keywords: farmers, hydroelectric, fighting, rights, resistance.

¹ Mestre em Geografia/UFG Regional Catalão (GO). Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq. E-mail: alinenask@ig.com.br.

² Mestrando em Geografia/UFG Regional Catalão (GO). Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq. E-mail: Marcelo.geoufg@gmail.com

Introdução

A construção de reservatórios para a instalação de usinas hidrelétricas causa drásticas transformações territoriais de ordem sócio-econômicas, culturais, simbólicas e ambientais, nas áreas onde são implantadas. De todas, as de ordem sócio-econômicas trazem muitos elementos que precisam ser considerados pela ciência geográfica. Essas obras são construídas para atender aos interesses da reprodução do capital e causam total estranhamento à população local e regional.

Com a construção do reservatório, centenas de propriedades e Comunidades Camponesas, com suas terras férteis, suas casas, seus cemitérios, seus currais, suas estradas e caminhos, suas histórias e estórias são inundadas. Formas de organização que, no caso das Comunidades Camponesas, eram condição para sua reprodução social são destruídas. Essas alterações na vida dos atingidos, em particular dos camponeses, jamais poderão ser recompensadas ou indenizadas em valores materiais. A construção de uma hidrelétrica transforma totalmente a realidade da existência desses sujeitos.

No espaço geográfico, o que antes era o *espaço-terra*, constituído como território de domínio camponês, agora é o *espaço-água*, constituído como território de domínio do *capital barrageiro* e nesta transformação novos usos são efetivados.

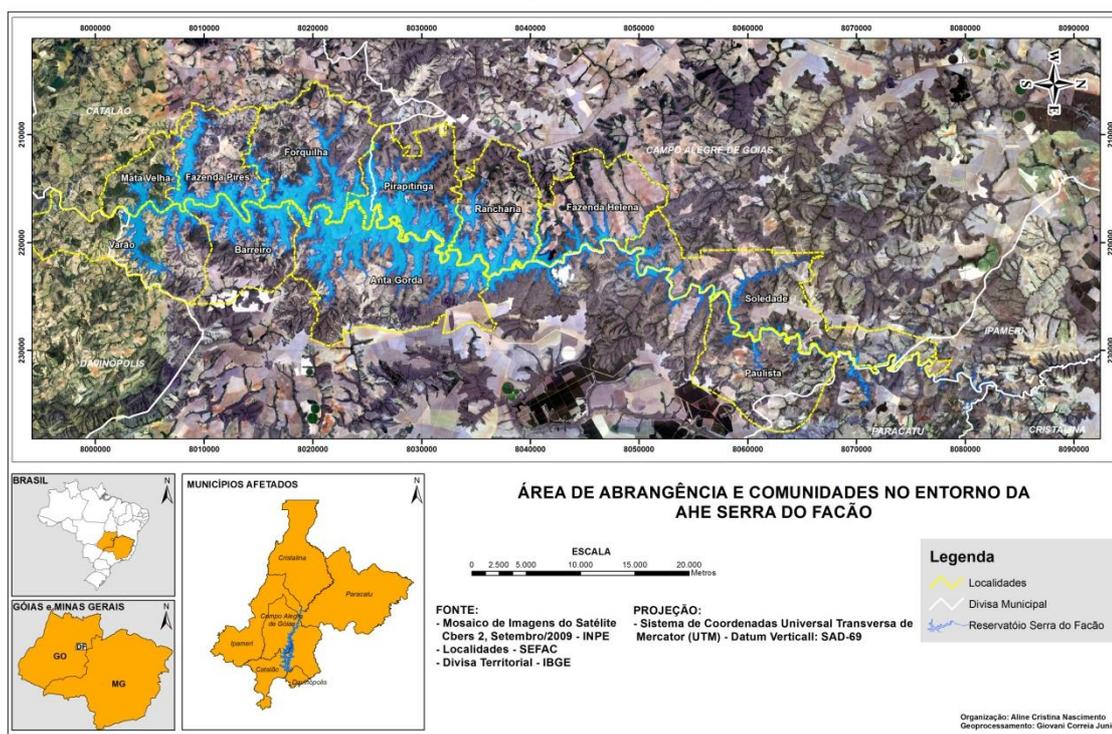
Contudo, a expropriação camponesa não representa o desaparecimento dos camponeses. Apesar da expropriação ser a principal forma que o capital tem de *libertar* o trabalhador para subjugar seu trabalho, capaz de gerar riquezas, obrigando-o a vender sua força de trabalho, enfim, de efetuar sua proletarização, o movimento contraditório e desigual no processo permanente de produção dos espaços e constituição dos territórios permite algumas possibilidades de *fuga dessa armadilha*, principalmente quanto se trata de camponeses. E no caso dos camponeses atingidos porque negam este trágico princípio capitalista e teimam em se reterritorializar.

Localização e aspectos técnicos da barragem hidrelétrica Serra do Facão

A barragem hidrelétrica Serra do Facão foi construída no Rio São Marcos, na Bacia do Alto Paraná, no limite entre os municípios de Catalão (GO) e Davinópolis (GO). É uma barragem de represamento e formou um reservatório que inundou 214

km², em seis municípios: Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Ipameri, no estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais. Cerca de 600 famílias foram atingidas e diversas Comunidades Camponesas foram destruídas e/ou desestruturadas. Ver Mapa 01.

Mapa 01 – Área de abrangência e Comunidades Camponesas no entorno do AHE Serra do Facão



Prevê-se a geração de 210 megawatts de energia elétrica, contudo, conforme consta em documentos da própria Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a produção não passa de 121 megawatts (edital n. 001/2007). As empresas Alcoa Alumínio S/A, Furnas Centrais Elétrica S/A, DME Energética e Camargo Corrêa Energia S/A, reunidas no que chamam de Sociedade de Propósito Específico (SPE), formam a Serra do Facão Energia S/A, que foi a empresa responsável pela implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, composto pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão, pela linha de transmissão e pelo reservatório de água.

O escritório do consórcio está localizado no centro da cidade de Catalão-GO desde 2006. As obras se efetivaram em 2007 e foram concluídas em 2009, sendo que o processo de indenização das famílias atingidas não terminou até o atual momento (primeiro semestre de 2014).

Os camponeses e os novos ambientes – *tocando em frente...*

A territorialização da hidrelétrica Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos provocou a desterritorialização e a reterritorialização em outros lugares. A partir do trabalho de campo, pudemos verificar quatro situações diferentes nas quais os camponeses se reterritorializam após a expropriação. São elas: os camponeses que tiveram parte de suas terras inundadas e permaneceram morando no Vale do Rio São Marcos; os camponeses que migraram, adquirindo terras em outros lugares; os camponeses que trabalhavam nas terras de famílias e se reterritorializam em outros lugares como proprietários e os camponeses que foram morar nas cidades. A territorialização do capital barrageiro produziu a expropriação camponesa, mas a luta (no seu sentido amplo) contra a expropriação produz resistências diversas.

Das sessenta e quatro (64) pessoas entrevistadas durante a pesquisa na área do Vale do Rio São Marcos, apenas quatorze (14) optaram ou se viram obrigadas a ir morar na cidade, o que permite afirmar que houve mudanças, mas não a destruição dos camponeses. As indenizações recebidas por esses quatorze camponeses deram-lhes a possibilidade de iniciar outras atividades produtivas nas cidades circunvizinhas e negarem sua condição de camponês, seus meios de trabalho e sua relação de vida. Contudo, apesar da coerção e da violência sofridas da empresa expropriadora, a maioria das famílias camponesas optam por continuarem camponesas e, para isso, se estabeleceram em outros lugares.

Para Oliveira (2007) os camponeses, atualmente, são produto do próprio desenvolvimento do capital e, nesta pesquisa que se apresenta, comprova-se a veracidade desta afirmação, o que também leva à compreensão de que existe um processo constante de construção/destruição/manutenção/transformação do território.

Por ser uma conquista histórica da luta dos movimentos sociais dos atingidos por hidrelétrica, mas também como estratégia para manter o discurso do *respeito à propriedade privada*, o capital tem que tomar as medidas compensatórias – pagar as indenizações –, que possibilitam a reprodução dos camponeses no mesmo ou em outros lugares, o que significa que está longe o fim do campesinato. As indenizações pagas pela SEFAC são consideradas uma conquista da organização do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e de todo o movimento de resistência que se *Sociedade e Território*, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 189-205, set. 2015

formou já antes do início da obra e que tirou da invisibilidade os atingidos. Ao falar do processo de indenização os camponeses sempre relatam esse aspecto:

[...] primeiro de tudo a empresa chegô e apresentô uma lista de atingido que faltava muita gente; mais o movimento tava organizado e conseguiu que ez incluísse todo mundo, até quem não tinha terra. Depois ez veio fazêa vistoria e começô a colocá o preço da terra e deixava pra trais muita coisa, mais, como nós já sabia como ez agia, porque nos encontro do MAB nós ouvia o povo que foi atingido em otrabarrage, aí nós não aceitô. Brigamo até. E quando ez via que nós estava insatisfeito e ia organizá de novo o MAB, ez voltava e fazia o levantamento certo. Lógico que nós não recebeu o que a terra valia, até porque não tinha preço pra nós; mais se nós não tivesse organizado tinha sido pió. (Camponês expropriado, Sr. J. D. Município de Davinópolis. 25/04/2013).

Nóis aqui não chegô a participar muito da luta contra a barrage não, mas quando os funcionário da empresa veio aqui fazê o levantamento das coisaez disse que a empresa só tavatratanonóis com um pouco mais de respeito porque o povo lutô. Maizez não dexô de fazê coisa errada não, porque ez só qué garanti o d'ez. (Camponesa expropriada, Sra. L. C., Município de Cristalina. 06/05/2013).

Já a empresa Serra do Facão Energia (SEFAC) utiliza a hidrelétrica e as indenizações como um instrumento ideológico, capaz de “[...] *civilizar* os outros povos, em virtude de sua importância econômica, da implementação do assalariamento e, assim, poderia efetivar o domínio sobre os *povos mais atrasados*, libertando-os da obscuridade histórica, ao colocá-los à disposição das leis de mercado”. (MENDONÇA, 2004, p.75).

Todos os camponeses, tanto os que tiveram suas terras inundadas parcialmente, como os que as tiveram totalmente inundadas, e que estavam com a documentação jurídica de sua propriedade regularizada (ou que conseguiram regularizá-la) foram indenizados. Como vimos no capítulo anterior, pelo fato de a empresa ter aplicado a estratégia patrimonialista, alguns camponeses ainda esperam a legalização dos documentos da terra (se é que isso é possível) para receberem a indenização, mas suas terras já foram totalmente inundadas pelo reservatório formado pela hidrelétrica, como retrata o depoimento de um camponês que atualmente reside no Distrito de Pires Belo – Catalão (GO) e atualmente vende sua mão de obra numa lavoura de tomate enquanto aguarda a decisão da justiça sobre o reconhecimento e a indenização.

Olha menina, eu fui atingido e nem sei mais onde era minha terra, debaixo desse mundaréu de água aí. A terra foi do meu avô e meu pai passô pra mim e meus 5 irmão, mais os papel sempre foi muito enrolado; mais nós vivia ali e todo mundo sabe disso e ez não me paga porque qué os papel; é muita ruindade porque já tem cinco ano. [...] agora o advogado tá veno o que arruma e enquanto isso nós fica aqui passano a maió dificuldade. [...] como eu só sei trabaiá na roça, eu tô aqui mexeno com tomate enquanto o dinheiro não vem pra mim comprá outra terra. (Camponês expropriado, Sr. A. A., 54 anos. Município de Catalão. 29/04/2013).

As famílias camponesas, proprietárias *oficiais*, que tiveram suas terras totalmente alagadas foram, na sua maioria, indenizadas e adquiriram terra em outros locais. Nas Comunidades dos municípios de Catalão, Davinópolis e Campo Alegre de Goiás, onde estavam localizadas as propriedade que foram totalmente inundadas, pôde-se ver que eles adotaram estratégias diferentes para sua recriação. Grande parte dos camponeses da Comunidade Anta Gorda, do município de Catalão, apesar de terem feito negociações individualmente, na tentativa de manter os laços da Comunidade, adquiriram novas terras numa mesma comunidade, a Comunidade São Domingos de Cima também no município de Catalão. Nesse caso, seis famílias (que possuíam relações de parentesco) passaram a ter menor quantidade de terra do que antes, devido à especulação imobiliária e ao baixo valor das indenizações, mas permaneceram vizinhas.

Vejamos o depoimento de um dos atingidos:

A minha terra lá era 36 alqueires e o que a barrage me pagô deu pra comprá só 11 alqueires, aqui, na Comunidade São Domingos, porque, foi 3 vezes mais o preço que ezpagô aqui. Mais, eu e o home, que tavavivo, preferimo vim pra cá porque a cumademudô pra cá também e aí não ficamo no meio de gente estranha. (Camponesa expropriada, Sra. A. A., 71 anos, município de Catalão-GO, 18/05/2013).

Mas, mesmo que grande parte das famílias camponesas proprietárias que foram indenizadas se reterritorializem em outros lugares, enfrentaram no mínimo dois problemas: primeiro, geralmente a terra adquirida não possui a infraestrutura necessária para o trabalho da família, como currais, cercas, pastos e terras lavradas, além disso o dinheiro recebido pelas indenizações é quase sempre, na totalidade, usado para comprar o novo pedaço de terra, logo a família tem dificuldades para sobreviver somente com o trabalho na sua terra. Na maioria das entrevistas realizadas houve relatos de pessoas que tiveram que se desfazer de animais (gado,

porcos) para levantar dinheiro e criar as condições de trabalho. Segundo, como as terras adquiridas são muito menores do que as anteriores, não será possível o cumprimento da divisão da terra do pai entre os filhos (cada família tem cerca de quatro filhos).

Nesse sentido a perspectiva do trabalho para a compra de *mais terra* não significa a especulação, mas a adequação do patrimônio ao número de membros da família, pois os camponeses sabem que as limitações materiais da propriedade podem expulsar dela os filhos.

A territorialização em outros lugares tendo menor quantidade de terras para trabalhar exigiu que os camponeses adotassem diferentes estratégias para continuarem produzindo e sobrevivendo. Com a redução de terra os camponeses tiveram que alterar sua principal fonte de rendimento: o gado. A diminuição dos pastos levou à redução do gado, de onde provinha o leite e os bezerros que funcionavam com uma *poupança* que eram vendidos quando precisavam levantar um dinheiro ou mesmo fazer um investimento na propriedade. A alternativa encontrada para superar essa situação foi a diversificação da produção, “produzir de tudo um pouco”, para conseguirem se manter na terra. Atividades como o cultivo do milho, arroz, cana, mandioca, abóbora, a horta, as criações (porcos, galinhas etc.), a produção de farinha, ovos, leite, queijo e requeijão são realizadas para o consumo e para o comércio, bem como as práticas domésticas de preparação de alimentos: fabricação de linguiça, doces, torração manual de café, fabricação de sabão etc. que têm como justificativa, além do costume, o *deixar de gastar*.

Outra alternativa foi recorrer à velha estratégia das Comunidades Camponesas, qual seja, a ajuda mútua. Ao chegarem nos novos lugares as famílias atingidas logo buscaram se integrar à vida da Comunidade participando de celebrações, missas e também dos mutirões e troca de dias, superando assim a necessidade de mão de obra. Outras famílias começaram a fazer parte do Movimento Camponês Popular (MCP), participando de mobilizações para ter acesso a moradias e crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em muitas novas propriedades foi feita a tentativa de reproduzir as mesmas estruturas nos mesmos lugares (posição) em que estavam na propriedade inundada. A posição da casa em relação ao paiol e ao curral e a formação do quintal com os

Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 189-205, set. 2015

pés de laranja, mexerica, banana etc., buscam remontar o que a água inundou. Em alguns casos os camponeses levaram nas mudanças os paióis e currais como relata uma camponesa expropriada:

Ocê lembra desse paiol aqui? O véiogastô mais pra trazê ele pra cá do que se tivesse feito um novo. Mais ele quis trazê e montô ele bem aqui do lado da casa, como era lá na nossa terra. E aqui tem muitos pé de laranja igual lá. [...] assim a gente nem estranha muito que saiu do lugá; só falta o rio, que não teve como trazê! (Camponesa expropriada. Sra. A. C., município de Três Ranchos. 18/04/2013).

A entrevista também permite compreender que existia uma relação com o Rio São Marcos que foi interrompida pela construção da hidrelétrica. Outra entrevistada se referindo ao lugar onde viviam antes, o Vale do Rio São Marcos, ao relatar as condições de vida em que a família se encontra atualmente, é tomada pela tristeza:

Hoje as pessoas vem aqui em casa e fala: nossa como a barrage foi boa proceis! Esse lugá é bonito e tá arrumadinho, mais ez não vê que tem cinco ano que trabaia nessa terra dia a dia. Quando nós veio pra cá só tinha a terra e aquela casa veia, o resto nós construiu tudo, trabaiano, e com a ajuda dos vizim. A sorte é que os vizim aqui é bom demais também. Mais eu não esqueço de lá não, queria que nada disso tivesse acontecido (choro). Mais nóismudô pra cá porque tinha a terra e nós só sabe trabaia na terra. (Camponesa expropriada. Sra. I. J., Município de Goiânia. 12/04/2013).

Apesar dos transtornos causados pela expropriação e pela reterritorialização, a terra continua sendo a condição para os camponeses existirem a partir do seu trabalho, com certa autonomia, para manterem, mesmo que modificado, seu modo de vida e sua organização social. A permanência na terra, mesmo que seja em outro lugar, é garantia de sua reprodução social e, nesse sentido, reafirma a terra como valor de uso.

Houve casos em que famílias que adquiriram um pequeno pedaço de terra não estruturado para a moradia e o trabalho se mudaram para as cidades próximas mas com a intenção de permanecer lá só até *aparelhar* a nova terra.

Houve também casos em que camponeses, principalmente os mais velhos, que eram proprietários *formais* e foram indenizados, compraram terras próximas, remanescentes, de camponeses que tiveram suas áreas parcialmente alagadas. O objetivo desta compra é criar as condições para resistir e permanecer no lugar, ainda que ele esteja modificado, e permanecer camponês. Os mais velhos resistem

mais a abandonar o lugar onde construíram toda a sua vida porque sabem que não têm mais como se adaptar. Comprova-se essa situação na entrevista a seguir:

Esses dia, moça, eu fui lá no escritório da SEFAC e o adevogado d'ez me disse que eu era muito esperto porque comprei o pedaço de terra que sobrô da barrage. Falô que eu queria fazê turismo e eu disse que nem todo mundo morre por causa de dinheiro que nem ez. Ez não sabe que o cumpadevéio que morava aqui do lado e já não dava conta mais de trabaiácomprô casa lá na cidade pra alugá, e mudô pra lá também, e agora tá quase morreno, porque não acostuma. Ele fica andanoo dia intero na rua, chorano, porque não acostuma em otrolugá senão aqui e eu não vô passá por isso, não; eu vô marrê aqui no lugá onde eu nasci, memo que seja num topô seco como aquele que eu comprei. (Camponês expropriado, Sr. L. A. S., 68 anos, município de Campo Alegre de Goiás-GO, 06/05/2013).

Na foto 01, a nova casa, ainda apenas como abrigo para a permanência no lugar, pois ainda não dispõe de um quintal plantado, nem de currais ou outras estruturas que, se o camponês tiver condições físicas de trabalhar, certamente serão construídas.

Foto 01: Casa construída em terras remanescentes



Fonte: Nascimento, A.C. 06/05/2013.

A maioria das terras remanescentes da hidrelétrica não são muito férteis, são fracas, pedregosas e secas, portanto, não possuem as condições naturais ideais necessárias para a produção e a reprodução camponesa, por isso, e também por

causa dos transtornos causados pela presença de *estranhos* atraídos pela pesca, muitos as vendem.

A maioria dos camponeses que continuaram no Vale do Rio São Marcos depois da construção da hidrelétrica teve uma redução considerável de suas propriedades e isso levou a mudanças nas formas de uso da terra, à elaboração de novas estratégias para continuar garantindo a reprodução social da família.

A redução da pastagem e a inundação das terras de cultura fizeram com que os camponeses passassem a arrendar pastos e terras para o plantio de roça, principalmente de milho, mas isso exige mais trabalho e investimento e a família que, embora tenha permanecido em áreas remanescentes não pode contar com a alternativa da ajuda mútua, porque a Comunidade foi desestruturada. Como declarou um camponês: “ficou mais difícil viver e trabalhar aqui”.

Nas entrevistas muitos camponeses que foram atingidos parcialmente declararam que usaram as indenizações para tentar criar as condições de trabalho que existiam antes, quando o trabalho podia até ser feito coletivamente. Vejamos o depoimento de um atingido:

Aqui as minhas terra tá mais longe do rio e por isso a barragepegô só lá nos fundo e eu fiquei com 6 alqueire ainda e vô permanecê por aqui. Só que as coisas mudô muito. Já tá tudo modificado. Eu peguei o dinheiro da indenização das terra lá debaxo pra comprá maquinário, porque, se ocêquiséficá, é assim. Porque antes, quando eu e a famia não dava conta de fazê um trabaio, era só dá um grito que os vizimvinhaajudá. E agora? Pra onde eu vô gritá? A Comunidade acabô. Então, eu só, comprá um tratô e ficádeveno, mais vô tentá porque não quero sair daqui. (Camponês expropriado, Sr. S. M., 51 anos, município de Catalão-GO, 09/04/2013).

Todavia, não se pode desconsiderar que, para aqueles que tiveram pouca quantidade de terra inundada, como foi o caso dos camponeses do Vale nos municípios de Cristalina e Ipameri em Goiás e no de Paracatu em Minas Gerais, as indenizações repercutiram em melhorias nas condições de vida e isso contribuiu para a permanência deles na terra. A maioria das famílias reformaram as casas e trocaram parte da mobília. Mas, o crédito para isso deveria ser facilitado pelo governo, é um direito natural de viver com melhores condições de proteção. É lamentável que tenha sido por meio da expropriação de parte de suas terras que eles tenham alcançado isso.

Quando a maior parte das propriedades seria inundada a família redesenhava o uso da terra para garantir a sua continuidade no local. Na foto 02 pode-se ver que pelo fato d'água ter inundado toda a área que a família utilizava para lavoura, ela plantou o milho no entorno da casa, onde antes era reservado para as frutas e as flores.

Foto 02: Lavoura de milho no entorno da casa camponesa no Vale do Rio São Marcos



Fonte: NASCIMENTO, A. C. 22/04/2013.

Há por parte daqueles que permaneceram no Vale a tentativa de reconstituir as atividades e os signos que integram o universo comunitário. Na Comunidade Pires, no município de Catalão, ou na parte que sobrou dela, os camponeses retomaram as atividades religiosas (terços e celebrações) em suas próprias casas na forma de rodízio e iniciaram a construção de um Centro Comunitário. Muitas das Comunidades que mantiveram ou retomaram suas atividades após a construção da hidrelétrica Serra do Facão recebem visitas dos antigos vizinhos, que estão morando na cidade mas voltam para participar de celebrações religiosas e festivas. Essa é uma ação que ajuda tanto na sobrevivência de quem ficou como na de quem já foi, já que, estes, ao menos parte das relações, conseguem manter.

Mas alguns camponeses, principalmente aqueles cujos filhos já viviam na cidade e que estão mais velhos foram orientados a se mudarem para a cidade e a utilizarem o dinheiro da indenização para comprar imóveis e viverem da renda dos

Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 189-205, set. 2015

aluguéis. Nesse caso, se os camponeses perdem totalmente o vínculo com a terra, ocorrem sérias consequências para eles. Na entrevista pode-se verificar essas consequências.

Olha, moça, eu tô com 82 anos e nunca vivi fora de lá. Meus fio quis que nós viesse aqui pra cidade e nós só aceitô porque não temos mais força pra levantáotra roça. Agora nós tá aqui, igual peixe fora d'água e só vivemo no hospital, porque esse lugá aqui é muito quente e tudo o que a gente precisa tem que têdinhero pra comprá [...] (Camponesa Expropriada, Sra. D. A., 82 anos, município de Catalão-GO, 01/05/2013).

Outra coisa que não há como se negar é que, na expropriação pelo capital para a implantação da hidrelétrica Serra do Facão, alguns meeiros e empregados receberam indenizações e se transformaram de camponeses sem terra em camponeses com terra. Evidentemente terra para trabalho é um direito que se deveria ser respeitado e um dever que o Estado deveria cumprir. As famílias que viviam em regime de meia ou de arrendo, ao serem reconhecidas como atingidas receberam uma carta de crédito no valor suficiente para adquirirem de oito a doze hectares de terra.

Eu tô sofreno muito por tê que saí de lá, porque lá tudo que nós fazia era à meia, e nós vivia bem, mais, agora, essa barrage deu uma carta de crédito e o véi [marido] comprô essa terra pra nós. Foi difícil, mas não foi ruim, pelo menos nós vai tê o que dexá pros menino [filhos]. (Camponesa Expropriada, Sra. N. S., 51 anos, município de Catalão-GO, 12/05/2013).

Há que se ter clareza sobre essa situação e não deixar que o discurso do capital de que “não queria prejudicar ninguém” coopte as pessoas em geral e não as deixe se conscientizarem dos vários aspectos da questão. O que aconteceu neste caso, é que pelo caráter contraditório e desigual do capital, ele destrói e recria o campesinato.

A hidrelétrica Serra do Facão expropriou parte do campesinato do Vale do Rio São Marcos. Embora ele todo não tenha sobrevivido, ao menos parte resiste e (Re)Existe.

Algumas das famílias que optaram por ir morar na cidade utilizaram suas indenizações para comprar imóveis que alugam e assim sobrevivem de renda. Ao serem questionados o porquê de tal opção sempre elencam as dificuldades do *Sociedade e Território*, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 189-205, set. 2015

trabalho na terra e o momento favorável da cidade, principalmente Catalão, com a especulação imobiliária.

Muitos camponeses deixaram-se seduzir pela possibilidade de obter renda de aluguéis, o que significa uma forma de sobrevivência *mais livre*, mais independente do que ter que viver do trabalho assalariado, até mesmo porque a maioria dos camponeses não consegue trabalho na cidade.

Para além dos prejuízos sociais, ambientais e políticos causados pela hidrelétrica, há aqueles próprios de cada pessoa, talvez impossíveis de serem mensurados. Na foto 03 pode-se ver a casa (tapera) a que a entrevistada se refere.

Foto 03: Casa de camponesa no Vale do Rio São Marcos



Autora: NASCIMENTO, A. C. 22/04/2013.

O trabalho na terra é “árduo, mais prazeroso”, pois resultava em fartura de comida, que é não apenas uma condição de existência, mas um princípio fundamental do ser camponês. A fartura não traz apenas estabilidade econômica, segurança material, tem valor moral.

A perda da fartura de comida significa a perda da autonomia e a redução das possibilidades de existência, o que, como a saída compulsória da terra, é uma violência, gera impotência e causa indignação e vergonha. É como se a empresa também tivesse tirado o direito de viver livremente e com dignidade.

A perda da terra ou de parte dela pelos camponeses refletiu na estrutura fundiária da região que agora apresenta menos propriedades e menores. Mesmo nas regiões próximas, a estrutura fundiária acabou se modificando, porque muitos adquiriram propriedades nas regiões circunvizinhas provenientes de repartição de outras propriedades. E isso não significa justiça na distribuição de terra ou que há terra para todos, ao contrário, significa a diminuição da produção que traz consequências diretas para os camponeses e indireta para toda a sociedade.

Nas propriedades que foram alagadas pelo reservatório as condições de produção, de trabalho, já estavam prontas, como curral, roças, cercas, pastos, horta e quintal, e isso permitia às pessoas, mesmo sendo mais velhas, manter algumas atividades como a lida com o gado de leite, o plantio de hortaliças, a coleta de frutas, o cultivo de pequenas roças e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas. Já no processo de reterritorialização, a maioria das propriedades não possuem essas estruturas básicas e construí-las requer força de trabalho e algum dinheiro, que muitas famílias não têm. Isso também significou uma considerável diminuição das produções agrícola e pecuária da região, para abastecimento local.

Outras famílias buscaram no trabalho assalariado temporário uma saída para permanecerem na terra:

Mudô muita coisa por aqui. Eu tôtrabaianopro home ali de cima que comprô mais vaca. Vô todo dia de madrugada pra lá tirá leite e as veiz também bato uns pasto por aí pra arrumádinhero (Camponês expropriado, Sr. V. M. S., 37 anos, município de Catalão-GO 22/04/2013).

Como a terra precisa de muito gasto pra ela produzi, agora trabaiamo à meia com o cumpade [...]. Aqui nessa terra só temo a casa. (Camponês expropriado, Sr. J. F., 43 anos, município de Catalão-GO, 22/04/2013).

Este trabalho assalariado temporário ou à meia é distinto, por seu caráter de proletarização da força de trabalho, daquele do camponês não atingido pela hidrelétrica que, em um determinado período do ano devido ao ciclo agropecuário, dispõe de um certo tempo livre e o emprega para manter a renda da família.

A reterritorialização dos camponeses, quando ocorre, não consegue superar nem as perdas econômicas nem as simbólicas e culturais, pois a maioria perdeu terras e benfeitorias de seus antepassados, locais ricos de sentido “[...] onde uma árvore, uma simples cerca de arame, uma pastagem marcam eventos importantes vividos por estes camponeses” (SCHERER-WARREN, *et al.* 1990, p. 32).

Nos depoimentos que se seguem é possível perceber esses aspectos.

Nasci e fui criada aqui e nunca, jamais, ez vai consegui pagá tudo o que isso aqui significava pra nós. O carinho, o amor não existe dinheiro que pague. Nunca, nada, nada. Foi uma simples migalha que nós teve que pegá pra não ficá sem nada, né? Não tem dinheiro que paga aquele lugá que nós morava! Se não fosse essa barrage, jamais nós iria saí de lá. Saí de lá significô muita dor, saudade e dificuldade, né?! (Camponesa expropriada, Sra. N. C., 40 anos, município de Catalão-GO, 22/04/2013).

A hidrelétrica Serra do Facão transformou o *espaço-terra* camponês em *espaço-água* do capital. Desterrou e desterritorializou os camponeses, mas não acabou definitivamente com esses sujeitos sociais que têm a terra, o trabalho e a família como sua condição de existência e reprodução social. A desterritorialização não põe fim à territorialidade, que subsiste, individual e coletivamente. Às margens do reservatório ou em outros lugar, o campesinato continua existindo e resistindo, mostrando que podem existir outros modos de produção da vida e do espaço, contrários às explorações sócio-ambientais e políticas do capitalismo. E a análise geográfica certamente tem muito a contribuir para a compreensão dessas possibilidades e para a execução delas.

Considerações Finais

O discurso de que a desterritorialização significa a descampesinação, no caso estudado, pela transformação do *espaço terra* camponês em *espaço água* do reservatório da hidrelétrica existe, mas há por outro lado, nesta pesquisa, a constatação da criação de novos espaços conquistados, organizados e transformados no centro do processo de luta coletiva daqueles que buscam seus espaços diante dos espaços hegemônicos.

Acreditar que a construção da hidrelétrica Serra do Facão significaria o fim dos camponeses que habitavam o Vale do Rio São Marcos é o mesmo que afirmar que o “movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, a sua reconstrução em novas bases” (HAESBAERT, 2004, p. 107). É necessário observar que as mudanças no processo de transformação do território não podem ser compreendidas como se a história fosse um fluxo de mão única, como se as ações humanas não imputassem alterações ao longo da história. Sabe-se e Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 189-205, set. 2015

acredita-se que a ação de homens e mulheres é capaz de impor um novo ritmo no processo de organização do território.

Esse processo de transformação do território é parte da desigualdade e contradição do modo capitalista de produção. Apesar da hidrelétrica Serra do Facão ter dado novos usos ao território que antes era de domínio camponês, não significou o desaparecimento dos camponeses. Entre os camponeses que foram atingidos total e parcialmente, alguns foram para as cidades, buscar sua reprodução na renda que a indenização monetária lhe proporcionou, mas a pesquisa mostrou que a maioria buscou se reterritorializar em outras terras, continuando o trabalho com a terra. Longe da descampesinação, pela teimosia camponesa em continuar na terra, a territorialização do capital não homogeneiza as relações de produção como já ensinou Luxemburgo (1985), apesar de fazer desta territorialização condição para sua permanente acumulação, nem, tampouco, significa o fim de um determinado uso dado ao território, mas, a criação de novos territórios pela resistência daqueles que têm a terra como condição de vida. Reconhecer isso significa tirar o caráter definitivo e inalienável do capital e suas ramificações e explicitar aos que vivem do trabalho a possibilidade emancipatória presente no próprio capitalismo.

Referências

BORTONE, F. A. S.; LUDWIG, M. P.; ROTHMAN, F. D.; COSTA, A. S. Inundando para Capitalizar: o caso da UHE Candonga/ Zona da Mata/MG. I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragem. Salvador – BA, 2007. **Anais do I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**. Salvador: EDUFBA, 2007. V. 1 CD-ROOM. p. 1-15.

CALABI, D.& INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. *Revista Orientação*, Depto de Geografia da FFLCH, USP, São Paulo, n. 9, 1992, p. 57 - 66 (texto original de 1973).

DARTORA, V. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2010.

EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Serra do Facão – Relatório de Impacto Ambiental da UHE Serra do Facão, Catalão (GO). **Biodinâmica Estudos**.

FERNANDES, B. M. (Org.). **Campeinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GERMANI, G. **Expropriados - terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LUDWIG, M. P. **Quando a modernidade ameaça submergir o lugar**. In: I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2005. pp. 1-17.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: Revista NERA, Presidente Prudente – SP, ano 11, n. 12. pp. 57-67. Jan-Jun/2008.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor, Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194 Oliveira Arioaldo Umbelino.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_Oliveira_Arioaldo_Umbelino.doc). Acesso em: 05 de agosto de 2009.

SCHERER–WARREN, I.; REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. **Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa**. Travessia Revista do Migrante, ano 2, m.6, p. 29-33, jan-abril, 1990.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.